

HABILIDADES FUNCIONAIS E NÍVEL DE INDEPENDENCIA DE CRIANÇAS FREQUENTADORAS DE CRECHE: PERCEPÇÃO DE PAIS E EDUCADORES

FUNCTION ABILITY AND INDEPENDENCE LEVEL OF CHILDREN WHO ATTEND DAYCARE: PERCEPTION OF PARENTS AND EDUCATORS

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção de pais e educadores sobre as habilidades funcionais e nível de independência de crianças frequentadoras de creche, bem como a influência da condição socioeconômica nesta percepção. Pais e dois educadores de 31 crianças foram entrevistados uma única vez, respondendo às partes I e II da Avaliação de Disfunção Pediátrica (PEDI). Aqueles também responderam ao Critério ABIPEME, para classificação socioeconômica. Houve reprodutibilidade satisfatória entre a percepção de pais e educadores (CCI = 0,60 a 0,69), e excelente entre os educadores (CCI= 0,96) para o escore total do PEDI, mais evidente para as crianças mais novas. No agrupamento das crianças de 13 a 24 meses, mais novas, os pais tenderam a superestimar as habilidades funcionais das crianças ($p<0,05$). No agrupamento das crianças de 25 a 33 meses, crianças mais velhas e independentes, houve diferença entre as educadoras para as partes I e II ($p<0,05$) do PEDI. Não houve correlação entre condição socioeconômica e percepção dos pais ($r=0,12$). Há diferença entre a percepção de pais e educadores de crianças frequentadoras de creche. O número de faltas de uma educadora e o pouco tempo que os pais passam com seus filhos parecem influenciar negativamente a percepção das capacidades das crianças. A condição socioeconômica parece não influenciar a percepção dos pais, porém mais estudos são necessários, visto que a população estudada apresenta predominantemente classificação socioeconômica C.

PALAVRAS-CHAVE: criança, creche, percepção e habilidades motoras.

ABSTRACT: This work aimed to verify the perception of parents and educators about the functional abilities and independence level of children who attend daycare, and if the socioeconomic condition influence this perception. A parent and two educator of 31 children were assessed once a time by parts I and II of Pediatric Evaluation Inventory Disability (PEDI). The parents also answered the ABIPEME Criterious for socioeconomic classification. There was satisfactory reproductibility between parents and educators (ICC= 0.60 to 0.69) and excelent reproductibility between educator (ICC=0.96) for PEDI total score, especially for the younger children. In the group of childrens between 13 to 24 months, younger children, the parents tended to overestimate the functional abilities of their children ($p<0,05$). In the group of childrens between 25 to 33 months, older and independent children, there was difference between the educators for parts I and II ($p <0,05$) of PEDI. There was no correlation between the socioeconomic condition and parents' perception ($r=0,12$). There is difference between the parents perception and educators about who attend daycare. The number of one educator absence and the small time the parents have with their children seems to influence negatively the perception of the children's abilities. The socioeconomic condition seems not to influence the perception of the parents, however more studies are necessary, once the studied population presents, predominantly, socioeconomic classification C.

KEYWORDS: child, daycare, perception and motor skills.

**RENATA CRISTINA NASCIMENTO
PAIÃO¹
CAROLINA DANIEL DE LIMA-
ALVAREZ²**

¹Fisioterapeuta; Especialista em Intervenção em Neuropediatria pela Universidade Federal de São Carlos e em Fisioterapia aplicada à Neurologia Infantil pela Universidade Estadual de Campinas; residente da Residência Multiprofissional em Saúde da Criança da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP, Brasil. Email: re.fisioterapia@yahoo.com.br

²Fisioterapeuta, Doutora em Neuropediatria, Pesquisadora Associada do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal de São Carlos; Professora Adjunto do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, Brasil. Email: caroldaniellima@yahoo.com.br

Recebido em: 20/11/2014
Revisado em: 14/06/2015
Aceito em: 22/06/2015

Introdução

O desenvolvimento motor é o processo de modificação no comportamento, que inclui mudanças na postura e no movimento, relacionadas à idade. Estas mudanças são influenciadas pela maturação do sistema nervoso central, biologia do indivíduo e ambiente¹, resultando assim, da interação dinâmica entre a criança e o ambiente².

A promoção do desenvolvimento infantil nos três primeiros anos de vida é crucial para a aquisição de conhecimentos, habilidades motoras e habilidades funcionais³. Estas incluem atividades de auto-cuidado, como alimentar-se sozinho, tomar banho e vestir-se; atividades de mobilidade, como levantar da cama, ir ao banheiro, jogar bola e andar de bicicleta; e atividades de características sociais e cognitivas, como dar função a brinquedos, brincar com outras crianças e freqüentar a escola⁴.

A crescente participação de mulheres, de diferentes camadas sociais, no mercado de trabalho, tem conduzido-as a buscar diferentes alternativas de ajuda no cuidado e educação de seus filhos. Diante desta realidade, a creche tem se tornado uma opção interessante, vista como um lugar favorável para o desenvolvimento da criança e uma alternativa para os cuidados dos filhos. Assim, o surgimento da creche está relacionado às transformações na sociedade, na organização familiar, no papel social feminino e em suas relativas repercussões, principalmente, no que se refere aos cuidados das crianças pequenas⁵.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), são

denominadas creches as instituições que atendem crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas, as que atendem crianças de 4 a 6 anos. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, compreende as creches e pré-escolas e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social^{6,7}.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Censo de 2010 indicou que o município de Campinas tem uma população de 1.080.113 habitantes, dos quais 51.610 são crianças na faixa etária de zero a três anos e 24.553, crianças de quatro a cinco anos. Das crianças entre zero e cinco anos, 36,95% (19.073) frequentavam creches públicas e privadas e 94,95% (23.314) estavam matriculadas na pré-escola⁸. As crianças frequentadoras de creches permanecem nestas instituições de oito a dez horas por dia, e ali recebem dois terços de suas necessidades nutricionais, além de orientação psicopedagógica. Por ser esta fase um período de intenso desenvolvimento neuro-psico-motor, é fundamental o conhecimento sobre a qualidade do cuidado, alimentação, níveis de estímulo e educação que as crianças recebem nestes ambientes, de modo que satisfaçam suas necessidades e influenciem, de forma favorável, o seu estado nutricional e o seu desenvolvimento global^{6,7}.

Família e escola são instituições importantes para a vida da criança e podem ser complementares na formação, instrução e desenvolvimento desta. Enquanto a família é um contexto importante do mundo ecológico da criança, que a apresenta ao mundo ao seu

redor, a creche é um dos contextos no qual a criança aprende a exercer um papel social diferenciado do desempenhado em seu contexto familiar e no qual um número expressivo de crianças pequenas passa grande parte do seu tempo. Família e escola/creche juntas podem proporcionar situações complementares e significativas de aprendizagem e convivência, que favoreçam o atendimento das necessidades e demandas das crianças e de ambas as instituições?

Juntas, estas instituições compartilham suas responsabilidades no que diz respeito à educação e a socialização das crianças. Para tal, o envolvimento de pais na escola/creche deve ser considerado um componente importante e necessário para o sucesso das crianças?. Os educadores, por sua vez, também tem papel importante neste contexto, visto que lhes é designado a função de potencializar as possibilidades de desenvolvimento das crianças, estimulando suas competências e habilidades¹⁰. Entretanto, o envolvimento de pais/responsáveis com a educação das crianças, seja na educação infantil ou nos outros níveis de educação, é pouco investigado atualmente no Brasil.

Apesar da importância da participação dos pais neste contexto da creche, junto aos educadores, poucos estudos tem sido realizados no Brasil com o objetivo de verificar tal envolvimento?. Com o intuito de avaliar o entrosamento entre pais/responsáveis e educadores, este estudo se propôs a entrevistá-los e comparar suas percepções sobre o desenvolvimento das habilidades funcionais de seus filhos/alunos, frequentadores de creches, bem como verificar se a percepção dos pais é

influenciada pela condição socioeconômica. Tal conhecimento pode contribuir com a formulação das avaliações, objetivos e intervenções dos educadores que trabalham na educação infantil e conscientização dos pais/responsáveis, sobre o potencial de participação de seus filhos na realização das habilidades funcionais.

Materias e métodos

Desenho do estudo e Participantes

Este estudo transversal entrevistou o responsável e duas educadoras (que exercem o cargo de agente de educação infantil/monitor infante-juvenil) de 31 crianças, de ambos os sexos (11 meninas), com idade entre 12 e 36 meses (idade média de 29, 74 ± 6, 20 meses), que frequentam em período integral o Centro de Educação Infantil (CEI) Benemérita Sylvia Miranda da Cruz Paschoal, localizado na cidade de Campinas. No total, foram realizadas 93 entrevistas. A amostra deste estudo foi considerada de conveniência, dadas as circunstâncias de realização do estudo e aplicação dos questionários.

Foram incluídas crianças que frequentavam o CEI por ao menos seis meses no momento da coleta de dados e cujos pais autorizaram a participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Excluiu-se aquelas crianças cujo responsável ou educadora não aceitaram participar da pesquisa ou não compareceram à entrevista agendada; crianças que faltaram consecutivamente durante o período de entrevistas e crianças que se desligaram da creche neste período.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob o protocolo nº 221.377.

Local do Estudo

As entrevistas deste estudo foram realizadas no CEI Benemérita Sylvia Miranda da Cruz Paschoal, situado em um bairro da periferia da região sul da cidade de Campinas, que atende crianças com idade entre zero e 6 anos de idade, em uma sala reservada para tal. Este CEI funciona de segunda à sexta, com quatro agrupamentos de período integral (das 7:00 às 18:00) e oito de parcial (das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00) e conta com equipes gestora, de apoio escolar (merenda e limpeza), de agentes de educação infantil/monitores infanto-juvenil (sujeitos entrevistados para este estudo) e de professores.

Instrumentos

Para a entrevista foram empregados: as partes I e II do Inventário de Avaliação Pediátrica de Disfunção (PEDI)¹² – Versão 1.0 Brasileira¹³, para avaliar as habilidades funcionais das crianças e a nível de independência da criança; e o Questionário de Classificação Socioeconômica – critério ABIPEME, para avaliar a condição socioeconômica e o nível de escolaridade dos pais.

O PEDI é um questionário aplicado por meio de entrevista estruturada com o cuidador da criança, composto por três partes. A parte I avalia as habilidades funcionais da criança nas atividades nas áreas de auto-cuidado (73 itens), mobilidade (59 itens) e função social (65

itens). Os escores recebidos em cada item (0 – incapaz; 1 – capaz) são somados, produzindo três escores totais de habilidades funcionais. A parte II avalia a independência da criança na realização de tarefas funcionais nas mesmas três áreas: auto-cuidado (8 itens), mobilidade (7 itens) e função social (5 itens). Nesta parte, cada item é avaliado em ordem de 0 (criança totalmente dependente do cuidador) a 5 (criança realiza tarefa sozinha). Escores intermediários indicam níveis diferentes de ajuda fornecida pelo cuidador (máxima, moderada, mínima ou supervisão). Os escores recebidos em cada item desta parte são somados, resultando em três escores totais de independência funcional^{12,13}.

O critério ABIPEME foi desenvolvido pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado e tem o objetivo de dividir a população em categorias, segundo padrões ou potenciais de consumo, atribuindo pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico e ao nível de escolaridade do chefe da família. A classificação socioeconômica da população é apresentada por meio de cinco classes que correspondem a uma pontuação específica (A - 89 ou mais, B - 59 à 88, C - 35 à 58, D - 20 à 34 e E - 0 à 19).

Procedimentos

Após aprovação do comitê de ética e autorização da direção para a realização do trabalho no CEI, os pais/responsáveis e educadoras das crianças de 0 a 3 anos que frequentavam a creche por mais de 6 meses foram contatados e convidados a participar. Com aqueles que aceitaram, agendou-se dia e horário para entrevista, que se realizou nas dependências da creche. Ao chegar à creche,

o pai/responsável ou educadora, foi encaminhado ao local reservado para a aplicação dos questionários. Em seguida, a pesquisadora explicou detalhadamente os objetivos da pesquisa e esclareceu possíveis dúvidas. A este foi solicitado assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caso aceitasse participar da pesquisa. Finalizada esta parte, a pesquisadora aplicou as questões do PEDI (partes I e II) e do Questionário de Classificação Socioeconômica – critério ABIPEME. As entrevistas duraram em torno de 50 minutos. É importante ressaltar que para cada criança participante deste trabalho, duas educadoras e o pai/responsável foram entrevistados. Foram escolhidas duas educadoras de cada agrupamento e estas responderam os questionários de todas as crianças de seus respectivos agrupamentos, totalizando então oito educadoras entrevistadas.

Análise dos dados

Para a análise dos dados foi empregado o software SPSS versão 17. Primeiramente foi realizado o coeficiente de correlação intraclasse (CCI), a fim de verificar a reprodutibilidade entre as respostas fornecidas pelos pais/responsáveis e cada uma das educadoras e, entre as educadoras. Tal verificação foi realizada tanto para o escore total quanto para o parcial (parte I e parte II) entre os agrupamentos de crianças. Os valores de CCI foram classificados como pobre (menor

que 0,4), satisfatório (0,4 a 0,75) e excelente (maior que 0,75). Na sequência, foi aplicado o teste estatístico não paramétrico de Friedman, com o intuito de verificar diferença entre a percepção dos pais/responsáveis e educadoras para cada agrupamento tanto no escore total como nos escores parciais (parte I e parte II). Por fim, foi aplicado o teste de correlação de Pearson para verificar a existência de correlação entre a condição socioeconômica e a percepção dos pais, bem como entre aquela e o desempenho das crianças. Para todos os testes foi adotado $p \leq 0,05$.

Resultados

Os resultados mostram que houve diferenças entre a percepção de pais/responsáveis e educadoras 1 e 2, bem como semelhança na percepção das educadoras entre si, nos agrupamentos IA (crianças de 13 a 24 meses) e IIA (crianças entre 25 a 33 meses). Enquanto no agrupamento IA houve uma tendência dos pais/responsáveis em superestimarem as habilidades de seus filhos, no agrupamento IIA, a percepção dos pais/responsáveis foi mais próxima da percepção das educadoras. Nos agrupamentos IIB (crianças entre 33 a 36 meses) houve diferença entre a percepção de todos os indivíduos. Foi observado também que houve aumento dos escores com a progressão da idade das crianças (Figura 1).

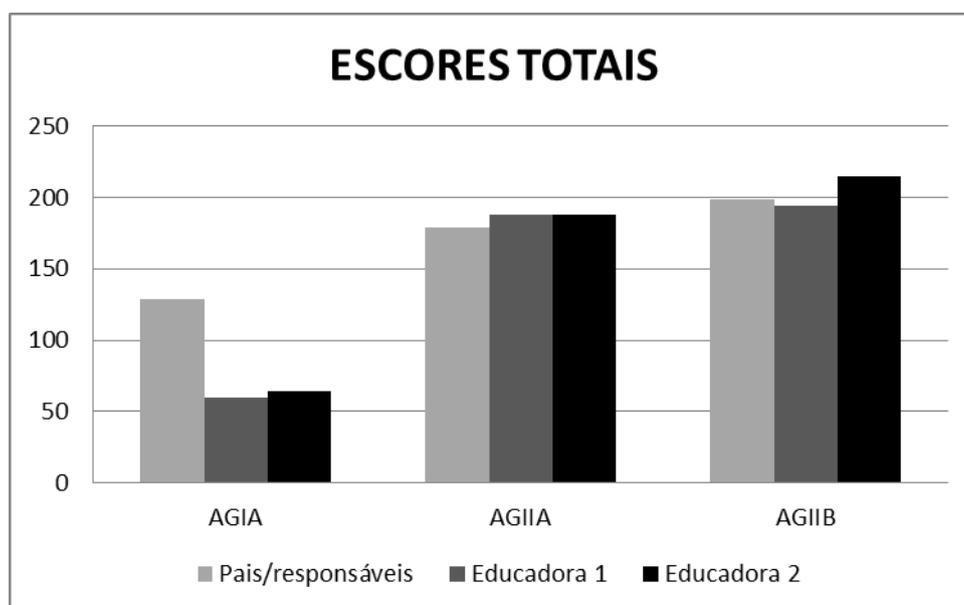


Figura 1: Média dos escores totais do PEDI de pais/responsáveis, educadoras 1 e educadoras 2 dos agrupamentos IA (AGIA), IIA (AGIIA) e IIB (AGIIB).

O coeficiente de correlação intraclasse do escore total do PEDI de todas as crianças (IA, IIA e IIB) demonstrou que houve reprodutibilidade satisfatória entre pais/responsáveis e educadoras 1 e 2 respectivamente (CCI = 0,60; CCI = 0,69), entretanto, a reprodutibilidade entre as educadoras 1 e 2 foi excelente (CCI = 0,96).

Quando o mesmo teste foi aplicado separadamente para cada agrupamento, observou-se que a reprodutibilidade entre pais/responsáveis e educadoras 1 e 2 foi pobre para os agrupamentos IA (CCI= 0,0; CCI = 0,29), IIA (CCI = 0,0; CCI = 0,30) e IIB (CCI = 0,05; CCI = 0,0). Em relação à reprodutibilidade dos escores entre as educadoras 1 e 2, verificou-se que os agrupamentos IA (CCI = 0,89) e IIA (0,89) apresentaram reprodutibilidade excelente, enquanto a reprodutibilidade para o agrupamento IIB (CCI = 0,012) foi pobre.

A fim de verificar se o nível de reprodutibilidade do escore de cada

agrupamento se mantinha nas partes I e II do PEDI, o coeficiente de correlação intraclasse foi aplicado separadamente em cada agrupamento. Assim, observou-se que a reprodutibilidade das partes I e II foi pobre entre pais/responsáveis e educadora 1 e 2, com CCI variando de 0 a 0,39 para todos os agrupamentos. A reprodutibilidade entre as educadoras 1 e 2 foi classificada da seguinte forma: satisfatória para a parte I do PEDI nos agrupamentos IA (CCI = 0,64) e IIA (CCI = 0,74); excelente para a parte II do agrupamento IIA (CCI = 0,82) e pobre para as demais correlações testadas (CCI variando de 0 a 0,12).

Verificadas a reprodutibilidade dos escores entre pais/responsáveis e educadoras foi aplicado a cada agrupamento o teste de Friedman que demonstrou haver diferença entre os grupos.

No agrupamento IA as crianças apresentaram maiores escores quando os

pais/responsáveis responderam ao questionário comparado ao escore dado pela educadora 1 para o escore total ($F(2) = 11,0833$; $p < 0,005$) e para o escore da parte I ($F(2) = 12,0000$; $p <$

$0,005$); e ao escore dado pela educadora 2 na parte II do PEDI ($F(2) = 11,0833$; $p < 0,005$) (Figura 2 a-b).

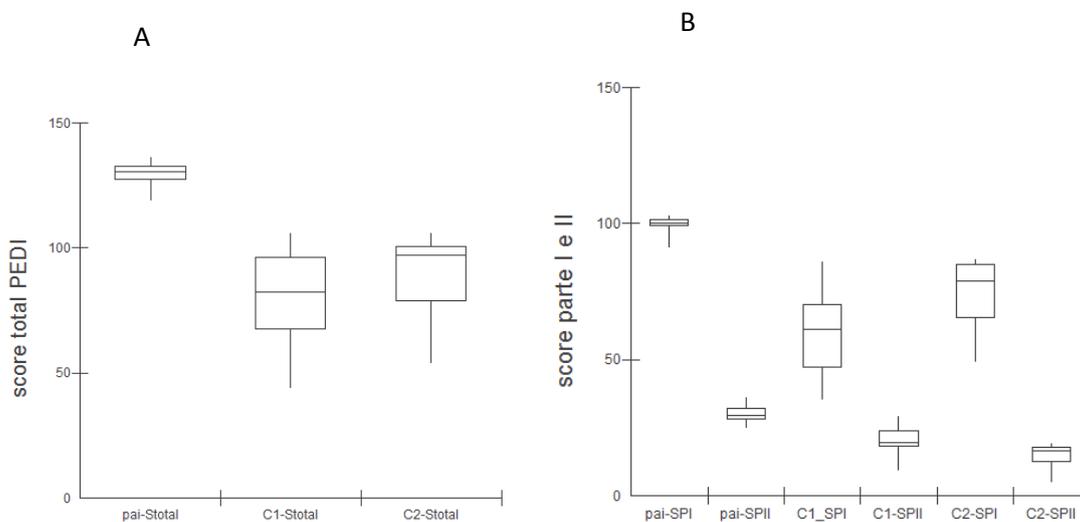


Figura 2: Escore total do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-Stotal), cuidador 1 (C1-Stotal) e cuidador 2 (C2-Stotal) (A); Escore das partes I e II do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-SPI – pai, escore parte I, pai-SPII – pai, escore parte II), e dos cuidadores 1 (C1/2_SPI – cuidador 1/2, escore parte I; C1/2_SPII – cuidador 1/2, escore parte II) (B) no agrupamento IA.

No agrupamento IIA, não houve diferença significativa entre os grupos para os escores total ($F(2) = 2,3636$; $p = 0,3067$) e da parte I ($F(2) = 1,2273$; $p = 0,5414$). Na parte II, entretanto, as crianças apresentaram maiores

escores quando pontuadas pelas educadoras 1 e 2 comparado à pontuação de seus pais/responsáveis ($F(2) = 10,1364$; $p < 0,01$) (Figura 3 a-b).

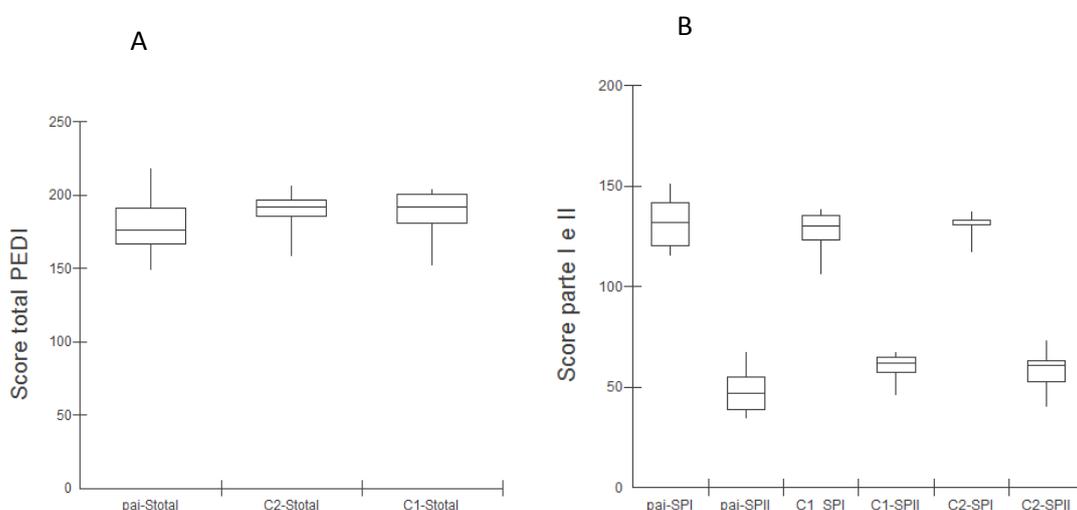


Figura 3: Escore total do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-Stotal), cuidador 1 (C1-Stotal) e cuidador 2 (C2-Stotal) (A); Escore das partes I e II do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-SPI – pai, escore parte I, pai-SPII – pai, escore parte II), e dos cuidadores 1 (C1/2_SPI – cuidador 1/2, escore parte I; C1/2_SPII – cuidador 1/2, escore parte II) (B) no agrupamento IIA.

No agrupamento IIB, houve diferença para o escore total das crianças entre a pontuação das educadoras 1 e 2 ($F(2) = 11,1667$; $p < 0,005$), sendo a pontuação da educadora 2 maior que da 1. Na parte I, houve diferença nos escores das crianças entre as pontuações dos pais/responsáveis e educadora 1 e entre as educadoras ($F(2) =$

$10,1667$; $p < 0,01$), sendo a pontuação da educadora 1 menor que a dos pais/responsáveis e da educadora 2. Na parte II, o escore das crianças pontuadas pela educadora 2 foi maior que quando pontuadas pelos pais/responsáveis e pela educadora 1 ($F(2) = 20,0417$; $p < 0,0001$) (Figura 4 a-b).

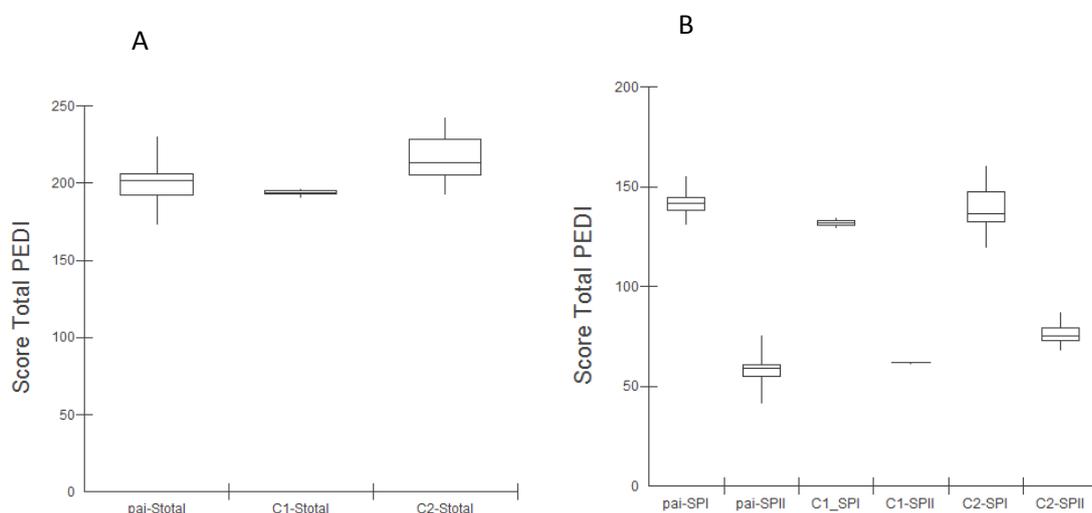


Figura 4: Escore total do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-Stotal), cuidador 1 (C1-Stotal) e cuidador 2 (C2-Stotal) (A); Escore das partes I e II do PEDI de acordo com as respostas do pai/responsável (pai-SPI – pai, escore parte I, pai-SPII – pai, escore parte II), e dos cuidadores 1 (C1/2_SPI – cuidador 1/2, escore parte I; C1/2_SPII – cuidador 1/2, escore parte II) (B) no agrupamento IIB.

Em relação à classificação socioeconômica empregando o critério ABIPEME, verificou-se que a maior parte das crianças pertence à classe C (65%), seguido da classe B (26%), D (6%) e E (3%). Não foi observada correlação entre a condição socioeconômica dos pais/responsáveis e a percepção destes sobre as habilidades funcionais das crianças ($r = 0,12$).

Discussão

Como era esperado, houve diferença entre a percepção de pais/responsáveis e educadores e semelhança na percepção dos educadores entre si de modo geral. Tais resultados podem ser explicados devido ao fato das crianças passarem pouco tempo em casa, aproximadamente 14 horas por dia, sendo que destas, dormem aproximadamente

8 horas. Portanto, passam efetivamente apenas 6 horas com os pais/responsáveis, que durante este período realizam diversas tarefas domésticas, nem sempre podendo dispensar atenção à criança.

Bógus et al.¹⁴ relatam que a mãe que não tem disponibilidade para cuidar do seu filho, por dificuldades econômicas ou por trabalhar fora de casa, transfere os cuidados de saúde e educação à criança pequena para os profissionais da creche. A preocupação dos pais/responsáveis em relação aos cuidados prestados é voltada aos aspectos relacionados com a alimentação, higiene e administração de medicamentos, ficando o desenvolvimento muitas vezes em segundo plano. Em contrapartida, as crianças passam cerca de 10 horas por dia na creche, onde realizam diversas atividades com os educadores, que são orientados a observarem e registrarem em documento oficial (Descrição de Saberes) suas capacidades e conquistas das crianças. Tais informações parecem corroborar com os resultados encontrados neste estudo, principalmente no que se refere às crianças menores (agrupamento IA), cujos pais superestimaram suas capacidades. Nesta faixa etária (entre 1 e 2 anos de idade) as crianças demandam mais atenção, pois no geral são mais dependentes para a locomoção e para as atividades de autocuidado. Dessa forma, acredita-se que devido ao fato de boa parte destas atividades serem realizadas na creche, sob supervisão dos educadores, estas tenham uma visão mais realista das capacidades funcionais da criança.

Segundo Vitoria¹⁵, a formação mínima exigida dos educadores é o ensino médio, porém, estes devem também ser submetidos à educação permanente, a qual visa conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e de habilidades específicas, promovendo homogeneidade entre as condutas e “os olhares” destes profissionais. Edwards et al.¹⁶ e Melchiori e Biasoli-Alves¹⁷ aplicaram um questionário com 240 pais/educadores, com o objetivo de determinar a distância das crenças entre pais e profissionais a respeito do desenvolvimento da criança e verificaram que mães e pais têm expectativas similares sobre o desenvolvimento dos filhos. Quanto aos educadores, não houve diferença na maioria das expectativas focalizadas, no entanto, estes responderam de forma mais precisa que os pais às questões referentes às crianças da faixa etária com que trabalhavam. Os autores concluíram que esses profissionais têm expectativas que em parte refletem suas tradições culturais e ideologias sociais, mas que por outro lado, é equivalente com a de outros profissionais de educação, com treinamento e experiência com crianças.

Apesar da percepção ter sido similar entre as educadoras, na creche onde o estudo foi realizado ainda não existe formação permanente ou treinamento para os educadores. O nível de escolaridade exigido para o cargo de agente de educação infantil/monitor infante-juvenil é o ensino médio, porém boa parte dos educadores desta creche tem ensino superior (pedagogia, fisioterapia, letras, etc). Tal nível educacional, no entanto, não garante que a percepção dos educadores sobre as crianças seja equivalente, visto que não há um trabalho de educação

permanente que favoreça a homogeneidade entre a percepção destes educadores. A mudança do cargo de agente de educação infantil/monitor infanto-juvenil do quadro Administrativo para o da Educação, com formação mínima de Pedagogia, tem sido pleiteada pelos educadores da cidade de Campinas nos últimos anos e, se implantada pela administração pública, poderá corroborar com a homogeneidade do trabalho, da observação e do registro dos educadores sobre o desenvolvimento das crianças.

Ao se analisar cada agrupamento separadamente, observou-se que nos agrupamentos das crianças mais novas (IA e IIA), também houve diferença entre a percepção de pais/responsáveis e educadoras 1 e 2, e semelhança na percepção das educadoras entre si. Porém, no agrupamento das crianças mais velhas (IIB), houve diferença entre a percepção dos educadores entre si, o que pode ter sido influenciado pelo número de faltas da educadora 1 desse agrupamento, que ficou afastada 137 dias por licença maternidade. Segundo Vitória¹⁵ e Bógus et al.¹⁴, a criança com idade entre 0 e 2 anos ainda é bastante dependente dos adultos, sendo uma boa comunicação entre escola e família essencial para que tanto uma, quanto a outra, conheçam plenamente o que a criança é capaz de fazer. Na creche, toda a atenção do serviço está direcionada para a criança, pois as atividades realizadas buscam atender suas necessidades, oferecendo, assim, oportunidades para o desenvolvimento do potencial infantil. Este é o objetivo que os educadores buscam alcançar por meio da organização do ambiente e da rotina, que torna a observação das crianças um hábito. Os

pais, ao contrário, não são orientados para a observação específica das crianças e sua atenção pode estar mais voltada para os cuidados do que para o desenvolvimento, o que pode fazer com que alguns aspectos das habilidades das crianças não sejam percebidos, assim como para a quantidade de ajuda que efetivamente necessitam.

Observou-se que, ao se relacionar as respostas dos pais/responsáveis e educadora 1 e 2 e das educadoras entre si nas partes I e II do PEDI, estas apresentaram reprodutibilidade satisfatória no agrupamento IA, mostrando que é mais fácil observar as habilidades funcionais que a independência nas crianças com idade menor que 1 ano. Tal observação deve-se ao fato de que apesar deste ser um período no qual ocorrem grandes aquisições motoras, as crianças ainda são bastante dependentes dos adultos na realização de tarefas funcionais.

No agrupamento IIA, as relações entre as respostas das educadoras apresentaram reprodutibilidade satisfatória para a parte I e excelente para a parte II. As crianças desta faixa etária já adquiriram a maior parte dos marcos motores e estão aprendendo a exercer as atividades funcionais de forma independente. No agrupamento IIB não houve nenhuma relação entre os indivíduos, o que também pode ter sido influenciado pelo maior número de faltas de uma das educadoras (educadora 1 do AGIIB) e por uma comunicação pouco eficiente entre as partes. Vitória¹⁵ defende a ideia de que os pais e os educadores da creche, na condição de adultos, são os principais mediadores do desenvolvimento da criança que a frequentam

por isso, é necessário o estabelecimento de uma boa relação.

Uma das características observadas recentemente nas creches é a maneira como se dá essa relação entre educadores e família. Há poucos anos atrás, era comum a prática de receber e entregar as crianças no portão da escola. Raramente os pais entravam no local onde as crianças ficavam, exceto em ocasiões excepcionais, como em festas e no período de adaptação da criança. Geralmente a rotina era organizada de forma em que uma pessoa ficava no portão recebendo e/ou entregando as crianças, o que impedia um contato maior entre pais e educadores, com quem seus filhos permaneciam a maior parte do tempo. Após inúmeros problemas decorrentes desta situação, começou-se a discutir a relação creche - família e estratégias para se abrir este espaço para uma maior participação das famílias. Existem várias maneiras pelas quais a creche pode atrair os pais para participação de seu cotidiano. Educadores e pais podem exercer papéis reciprocamente complementares no cuidado e educação infantil, portanto, a creche deve procurar atingir uma qualidade de relacionamento caracterizado pela cooperação, comunicação frequente e tranquila, com abertura e disponibilidade para discutir os conflitos e pelo respeito mútuo. Mas para que isso aconteça, é importante investir na qualificação profissional e na necessidade de formação continuada¹⁵.

No CEI onde o estudo foi realizado, além do período de adaptação e do momento de entrega e retirada das crianças, os pais/responsáveis podem dialogar com os

educadores nas reuniões de pais, que ocorrem trimestralmente, e nas festas anuais que ocorrem na escola, como a Festa da Família, Festa Caipira e Festa de Encerramento. Além disso, pode-se agendar reuniões individuais com os educadores e conversar com a gestão da escola, que está sempre aberta ao diálogo. Apesar de tudo isso, observou-se neste estudo que esta abertura da creche para a família não tem sido efetiva para a troca de informações sobre as habilidades funcionais das crianças entre pais/responsáveis e educadores, uma vez que a percepção entre pais/responsáveis e educadoras 1 e 2 foi diferente. De acordo com Maistro¹⁸ e Bógus et al.¹⁴, a reunião de pais, é a forma mais comum de comunicação entre pais e educadores. Porém, muitos dos sujeitos criticaram a forma como as referidas reuniões vêm sendo encaminhadas e organizadas, sendo consideradas cansativas e rotineiras, enfatizando mais as demandas da creche em relação aos pais, o que os leva a questionar sua validade. Para sanar este déficit de percepção dos pais em relação as habilidades funcionais de seus filhos, a creche poderia acrescentar na Reuniões de Pais e Educadores aspectos abordados na Descrição de Saberes e, informações sobre o desempenho das crianças nas atividades de auto-cuidado, mobilidade e função social e o seu nível de independência nessas atividades, ilustrando com fotos e vídeos da rotina das crianças. Conhecer as habilidades dos filhos é importante para que os pais sejam capazes de oferecer o nível adequado de estímulo ou auxílio de que eles necessitam e não limitem o seu desenvolvimento.

Ao analisar se a condição socioeconômica influenciou a percepção dos pais/responsáveis e as habilidades funcionais das crianças, observou-se que não houve relação entre estes fatores, o que pode ser explicado pelo fato da classificação socioeconômica das famílias dessa região ser praticamente homogênea (maioria B e C) e as crianças passarem grande parte do tempo na creche, onde são tratadas igualmente, independentemente de qualquer fator socioeconômico. Além disso, a literatura pesquisada dispõe de raros estudos que realizam tal correlação nesta população específica (crianças saudáveis frequentadoras de creche), dificultando a confrontação dos dados do presente estudo. Assim, novos estudos que avaliem pais/cuidadores com diferentes classificações socioeconômicas são necessários, a fim de se obter um parecer mais conclusivo sobre a influência deste fator na percepção das habilidades funcionais da criança.

Conclusão

Concluiu-se que há diferença entre a percepção de pais/responsáveis e educadores com relação às capacidades funcionais da criança frequentadora de creche. Os pais das crianças mais novas tenderam a superestimar as capacidades da criança, oferecendo mais auxílio que o necessário para a execução das atividades de vida diária, enquanto a percepção dos educadores assemelhou-se. Tal fato evidencia a necessidade de otimizar a relação de troca de informações entre escola e família sobre as habilidades funcionais das crianças, favorecendo o seu desenvolvimento global.

A falta de homogeneidade nas respostas, pode ter sido decorrente do alto número de faltas de uma das educadoras (no caso do agrupamento IIB), bem como do pouco tempo que os pais/responsáveis passam efetivamente com seus filhos (agrupamento IA). Sugerimos que a boa comunicação entre pais/responsáveis e educadores e educadores entre si, pode favorecer essa homogeneidade, propiciando conhecimento sobre as habilidades das crianças e nível adequado de estímulo ou auxílio de que elas necessitam.

A condição socioeconômica parece não influenciar a percepção dos pais/responsáveis e as habilidades funcionais, porém são necessários estudos mais abrangentes sobre esse aspecto, uma vez que a população estudada apresenta classificação socioeconômica relativamente homogênea (maioria B e C).

Referências

- 1 Goldberg C, Sant AV. Desenvolvimento Motor Normal. In: Tecklin JS. Fisioterapia Pediátrica. Trad. de Adriana Martins Barros Alves. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- 2 Lopes BM, Duarte HF. Análise do desempenho motor em crianças prematuras: comparativo com padrões de normalidade. Rev Saúde e Pesquisa. 2011, Set/dez. 4(3):329-34.
- 3 Shore R. Repensando o cérebro: novas visões sobre o desenvolvimento inicial do cérebro. Trad. de Lara Regina Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- 4 Mancini MC, Fiúza PM, Rebelo JM, Magalhães LC, Coelho ZAC, Paixão ML, Gontijo APB, Fonseca ST. Comparação do desempenho de atividades funcionais em crianças com desenvolvimento normal e crianças com paralisia cerebral. Arq Neuropsiquiatr. 2002; 60(2-B): 446-52.

- 5 Pacheco ALPB, Dupret L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? *Psicologia USP*. 2004; 15(3): 103-16.
- 6 Beteli VC. Acompanhamento do desenvolvimento infantil em creches. [dissertação] São Paulo: Escola de Enfermagem da USP; 2006.
- 7 Biscegli TS. Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças freqüentadoras de creche. *Rev Paul Pediatr*. 2007; 25(4):337-42.
- 8 Domiciano CA, Franco DS, Adrião T. A educação infantil: de zero a três anos. *Revista Retratos da Escola*. 2011; Jul./dez, 5(9): 309-27.
- 9 Bhering E, De Nez TB. Envolvimento de Pais em Creche: possibilidades e dificuldades de parceria. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2002; Jan-Abr, 18(1): 063-73.
- 10 Melchiori LE, Alvez ZMMB, Souza DC, Bugliani MAP. Família e creche: crenças a respeito de temperamento e desempenho de bebês. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2007; Jul-Set, 23(3):245-52.
- 11 Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Educação. Projeto Pedagógico do CEI Sylvania Miranda da Cruz Paschoal. Homologação: DOM 08/08/2012.
- 12 Haley SM, Coster WJ, Ludlow LH, Haltiwanger JT, Andrellos PJ. *Pediatric evaluation of disability inventory: development, standartization and administration manual*. 1st Ed. Boston (MA): New England Medical Center, 1992.
- 13 Mancini MC. Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI). Manual da versão brasileira adaptada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- 14 Bógus CM, Nogueira-Martins MCF, Moraes DEB, Taddei JAACA. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. *Rev. Nutr.* 2007; Oct, 20(5): 499-514.
- 15 Vitória T. As relações creche e famílias. *Perspect.* Florianópolis, 2009; Jul./dez. 17(Especial): 23-47.
- 16 Edwards CP, Gandini L, Giovaninni D. The constrasting developmental timetables of parents and preschool teachers in two cultural communities. In: Harkness S, Super CM (Orgs.). *Parents' cultural belief systems* (pp. 270-88). New York: The Guilford Press. (1996).
- 17 Melchiori LE, Biasioli-Alves ZM. Crenças de educadoras de creche sobre temperamento e desenvolvimento de bebês. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2001; Set-Dez. 17(3) 285-92.
- 18 Maistro MA. Relações creche e famílias: a quantas andam? *Perspect.* Florianópolis, 1999; Jan/jun; 17(31): 49-59.